

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 06 de setembro de 2021 às 08h09*  
*Seleção de Notícias*

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

**TRF-3: Empresa pode usar marca Claro em produtos de limpeza . . . . . 3**

## TRF-3: Empresa pode usar marca Claro em produtos de limpeza

Para magistrados, autora não se aproveitou do prestígio de renome da companhia de telefonia. Registro de marca TRF-3: Empresa pode usar marca Claro em produtos de limpeza Para magistrados, autora não se aproveitou do prestígio de renome da companhia de telefonia. domingo, 5 de setembro de 2021

Empresa que comercializa produtos de limpeza e higiene pessoal pode utilizar a marca Claro. Assim decidiu a 1ª turma do TRF da 3ª região. O registro, obtido no ano 2000, havia sido cancelado pelo **INPI** após a companhia de telecomunicações ter obtido o reconhecimento de alto renome.

Empresa pode usar marca Claro para produtos de limpeza. (Imagem: PxHere)

Para os magistrados, ficou comprovado nos autos que a parte autora não tentou utilizar a marca de forma parasitária para aproveitar o renome da empresa de telefonia. Além disso, não foi demonstrado que a utilização do nome Claro no ramo de limpeza pode prejudicar ou ser associado ao segmento de telecomunicação

Conforme o processo, no ano de 2004, a empresa telefônica requereu o registro junto ao **INPI** para reconhecimento de alto renome. A solicitação foi deferida em 2017. De acordo com a lei 9.279/96, o al-

to renome garante à marca proteção especial em todos os ramos de atividade.

Por sua vez, a empresa do ramo de produtos de limpeza pediu judicialmente a anulação da decisão administrativa do **INPI** que havia cancelado registro de 2000 e negado registros posteriores.

O pedido foi indeferido pela 1ª vara Federal de Guarulhos/SP, e a autora recorreu ao TRF-3. Ao analisar o caso, a 1ª turma seguiu entendimento do STJ e do próprio TRF-3 no sentido de que não cabe ao Poder Judiciário substituir a função administrativa do **INPI** e reformar atos que estão dentro da legalidade.

No entanto, o colegiado garantiu o direito de uso do nome à companhia, considerando a data em que o registro foi realizado. "Deve ser assegurada a proteção ao registro da marca que foi efetuada de boa-fé anteriormente ao registro do alto renome, o qual tem efeitos 'ex nunc' (que não retroagem), conforme pacificado na jurisprudência do C. STJ", concluiu o relator do processo, desembargador Federal Valdecir dos Santos.

Processo: 5002114-45.2018.4.03.6119

Por: Redação do Migalhas Atualizado em: 5/9/2021 08:41

## Índice remissivo de assuntos

**Marco** regulatório | INPI  
3